

Web Revista Linguagem,
Educação e Memória

ISSN 2237-8332

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

Concepciones de la diversidad presentes en el Plan Municipal de Educación (PME) del municipio de Porto Velho/Rondônia

Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles¹

João Guilherme Rodrigues Mendonça²

Paulo Severino da Silva³

Resumo: A investigação se propõe a descrever e analisar partes do Plano Municipal de Educação (PME), produzido no percurso da coletividade, considerando também o grau de consistência do documento para o enfrentamento das desigualdades no município de Porto Velho, localizado no estado de Rondônia, na Amazônia brasileira. A problemática da pesquisa se configura em como o PME tem impactado ou não as ações de diversidade no município de Porto Velho. O objetivo da pesquisa foi discutir os elementos do PME de Porto Velho que tratam da diversidade, buscando conhecer as diferentes partes constitutivas de cada meta e estratégia que abordam este tema, verificando se o que foi idealizado no plano atende ao diagnóstico da realidade educacional e a garantia das condições básicas da educação de Porto Velho. Os procedimentos metodológicos foram a Revisão de Literatura e Pesquisa Documental, desenvolvidos com base na análise do PME de Porto Velho. Os resultados indicaram que, embora possa ser observado que durante alguns anos de

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEE/Prof.) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Orientadora Educacional do Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) Campus Porto Velho Calama. E-mail: livia.santos@ifro.edu.br

2 Pós-Doutor em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – SP. Doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara (UNESP). Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: jgromendonca@bol.com.br.

3 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEE/Prof.) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professor de Educação Física do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) Campus Vilhena. E-mail: paulo.silva@ifro.edu.br

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

vigência do plano houve um pequeno crescimento nos números de matrículas e índices de desenvolvimento, ainda assim não é possível afirmar que dentro desse crescimento foram acolhidos os discentes que são pertencentes aos grupos diversos que constam no PME.

Palavras-chave: Políticas públicas; Diversidade; Desigualdade.

Resumen: Esta investigación tiene como objetivo describir y analizar partes del Plan Municipal de Educación (PME), producido en el curso de la colectividad, considerando también el grado de consistencia del documento en el tratamiento de las desigualdades en el municipio de Porto Velho, ubicado en el estado de Rondônia, en la Amazonia brasileña. El problema de investigación se configura en cómo el PME ha impactado o no las acciones de diversidad en el municipio de Porto Velho. El objetivo de la investigación fue discutir los elementos del PME de Porto Velho que tratan de la diversidad, buscando conocer las diferentes partes constitutivas de cada objetivo y estrategia que aborda esta cuestión, verificando si lo previsto en el plan responde al diagnóstico de la realidad educativa y a la garantía de las condiciones básicas de la educación en Porto Velho. Los procedimientos metodológicos fueron la revisión bibliográfica y la investigación documental desarrollada a partir del análisis del PME de Porto Velho. Los resultados indican que, aunque se puede observar que durante algunos años de vigencia del plan se ha producido un pequeño crecimiento de los números de matrículas e índices de desarrollo, no se puede afirmar que dentro de este crecimiento se hayan acogido los discentes que pertenecen a los diversos grupos que componen el PME.

Palabras claves: Políticas públicas; Diversidad; Desigualdad.

1 Introdução

Iniciamos pela apresentação do Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Porto Velho, estado de Rondônia, no que tange às questões da diversidade e seus desdobramentos em nível local. O PME é um documento que visa à articulação da educação por meio de um planejamento que proporcione discussões coletivas acerca dos desafios e perspectivas da educação municipal, além de avaliar e indicar caminhos de mudanças (BRASIL, 2014). As discussões para a construção do PME de Porto Velho, do ano de 2015, evidenciaram as representações das diferentes entidades, dos poderes executivo, legislativo, judiciário e associações.

No contexto escolar há diversas relações sociais que se estabelecem como espaços de diversidades, permeando valores, símbolos e crenças. Diante dessas trocas simbólicas é que a educação deve assumir uma postura de rompimento de paradigmas, na busca incessante por propostas e estratégias que respeitem e valorizem a diversidade de maneira emancipadora.

Uma das maneiras de se estabelecer um referencial de diversidade é através dos Planos Municipais de Educação, por ser um documento fundamental para o

estabelecimento dos princípios de educação em um município, partindo-se de um diagnóstico da realidade e definindo-se metas e ações voltadas para a vocação local e as políticas públicas municipais.

O PME também apresenta uma síntese dos aspectos históricos, geográficos, demográficos, econômicos e culturais do município e na sequência trata da trajetória histórica da educação, evidenciando aspectos da educação na atualidade e para tanto deve ser elaborado em uma perspectiva democrática e inclusiva, sendo planejado para englobar as diversidades. A diversidade, neste sentido, visando à construção pela educação, pode ser entendida como:

A construção histórica, social, cultural e política das diferenças nos contextos e relações de poder. O direito à diversidade na educação brasileira não significa a mera soma das diferenças, antes, ele se concretiza por meio do reconhecimento das diferentes expressões, histórias, ações, sujeitos e lutas no contexto histórico, político, econômico, cultural, social brasileiro marcado por profundas desigualdades. Portanto, a construção de uma política nacional e do direito à educação que contemple a diversidade deverá considerar: os negros, quilombolas, indígenas, as pessoas com deficiência e do campo, as crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, os jovens e adultos, a população LGBT, os sujeitos privados de liberdade. Deverá ainda considerar a educação dos ciganos, a educação ambiental, os direitos humanos, a liberdade de expressão religiosa na escola e a educação profissional (ABREU; CORDIOLLI, 2011 p. 56).

Este estudo se propõe a descrever e analisar partes do PME do município de Porto Velho, estado de Rondônia, produzido no percurso da coletividade. Considera também o grau de consistência do documento para o enfrentamento das desigualdades em nível do sistema educacional. Neste sentido, será analisado se o PME de Porto Velho contempla o reconhecimento, o respeito e o direito à diversidade a serem consolidados na política educacional municipal, buscando reconhecer as expressões da diversidade apresentadas no documento através das metas e estratégias.

Para iniciar a discussão a respeito da diversidade serão apresentados dois conceitos que representam o termo utilizado neste trabalho. A diversidade deve ser definida como vários elementos que reunidos formam a unidade, de modo que formem um conjunto coerente e operante. De acordo com Saviani:

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

[...] Trata-se de unidade da variedade e não unidade da identidade (...) não é uma unidade monolítica, indiferenciada, mas unidade da diversidade, um todo que articula uma variedade de elementos que ao integrarem ao todo nem por isso perdem a própria identidade. (SAVIANI, 2014, p.51).

Já Pais (2007) aponta para a necessidade de redirecionar o olhar, pensando e refletindo sobre diversidade não como antônimo de homogeneidade, mas a diversidade como multiplicidade de culturas, buscando ver através dos nomes, das coisas e dos conceitos, as ideias que englobam a sua riqueza semântica.

É necessário compreender que a diversidade do homem e mulher amazônicos não se resume ao pertencimento a um determinado território. Existem elementos que contribuem para a diversidade das sociedades, nos quais suas relações estão constantemente interligadas com as diversidades da natureza, mas se desenvolvem principalmente na esfera das relações culturais, possuindo uma história, evidenciada por um conjunto complexo de fatores e circunstâncias (PINTO, 2012).

A realização deste estudo serve para mensurar e identificar no PME de Porto Velho os elementos que reforçam a diferença conceitual, oportunizando um melhor conhecimento sobre as diversidades, bem como o conhecimento sobre os direitos humanos universais. Entendemos que a escola tem função social voltada à inclusão, à valorização da igualdade dos mais variados tipos culturais, à preservação patrimonial, cultural e ambiental, e à superação das desigualdades.

2 Análise teórica dos planos educacionais como instrumento de políticas públicas democráticas

Na atualidade os temas diversidade, diferença, multiculturalismo e cultura têm se constituído em objeto de estudos por parte de sociólogos, antropólogos, educadores e outros profissionais. No Brasil, no campo educacional, estes estudos aparecem com bastante intensidade principalmente a partir da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório, nas escolas brasileiras, o estudo sobre cultura africana, sobre os afrodescendentes (cultura afro-brasileira) e sobre a cultura indígena.

Outro aspecto marcante foi a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Marcam também as discussões sobre as políticas afirmativas das minorias étnicas, destacando os trabalhos dos povos africanos e indígenas, a valorização e o reconhecimento dos movimentos sobre gênero, com a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares, a valorização da terceira idade e da cultura infantil (BRASIL, 2004).

Atualmente a educação básica representa uma das diversas estratégias para políticas que estão voltadas à inserção de todos nos espaços da cidadania social e política, sendo também a estratégia que visa à contribuição para a inserção no mundo do trabalho. Desse modo, percebemos a inter-relação entre os termos democracia e educação. Entendemos que cada termo deve estar imbricado nos documentos do sistema educacional.

Refletindo sobre o termo inclusão, observamos sua utilização em diferentes contextos, em referência a questões sociais variadas (PACIEVITCH, 2012). Todavia, de modo geral, busca-se a correspondência da inserção social de pessoas que experimentam algum tipo de exclusão, seja da escola, mercado de trabalho e/ou qualquer outro espaço social, devido a sua condição socioeconômica, gênero, raça, não domínio de tecnologia ou por possuir algum tipo de deficiência.

Quando se trata de um planejamento ou plano, na percepção de Candau (2000), é a sistemática que busca alternativas para resolver os problemas da prática pedagógica, isto é, sinalizar o verdadeiro papel da escola a fim de que se possa construir uma educação de fato para o exercício pleno de cidadania.

Candau (1999) afirma que:

os sistemas escolares são pesados e ineficientes, as despesas são excessivas e os investimentos improdutivos, as práticas pedagógicas são desatualizadas e ineficientes, a qualidade de ensino é muito baixa e está desvinculada das exigências pela transformação produtiva, os docentes são pouco preparados para enfrentar os desafios, os recursos didáticos são anacrônicos (CANDAU, 1999, p. 87).

Planejar, na perspectiva ampla, é um procedimento que visa dar respostas aos problemas e, ao mesmo tempo, apontar soluções para que os objetivos previstos sejam

concretizados. Assim, a exigência política e social determina que a organização do trabalho pedagógico se concentre no planejamento.

A construção da formação social da Amazônia implica em uma rede de relações estabelecidas pela sociedade em um determinado contexto histórico, entrelaçando formas de integração e apropriação, de modo que a vida não se configura e se reproduza individualmente (GONDIM, 2007).

3 O cenário político de construção dos PMEs

As dinâmicas do mercado neoliberal assentem na ética do mercado livre e perpassam as políticas educativas, incluindo os planos nacionais e municipais de educação. Socializadas pelo capitalismo globalizante, difundem a nova cultura educacional, no embate das forças sociais, em que os detentores do poder econômico e político tomam decisões sobre o sistema nacional de educação, definem as políticas de formação e de construção do conhecimento escolar e a natureza das escolas.

Nesse processo, registam-se conflitos e contradições entre os sujeitos envolvidos. Libâneo, Oliveira, Toschi (2007, p. 31) defendem que “as relações sociais e políticas nunca são homogêneas nem estáveis; ao contrário, são tensas, conflituosas, contraditórias, favorecendo a existência de um espaço para que as escolas e os profissionais operem com relativa autonomia”.

Os planos educacionais e a política se sustentam a partir das chamadas sociedades democráticas que carregam consigo uma trama discursiva que permite trazer à tona um conjunto de enunciados que as caracterizam: participação, liberdade, igualdade de oportunidades, justiça, pluralismo, respeito mútuo, tolerância e solidariedade, entre outros. Sob a égide dessa sociedade democrática que se considera pluralista, a escola surge como uma das instituições que coloca em funcionamento essa pluralidade.

Os termos diversidade e inclusão fazem parte da longa trajetória de movimentos mundiais pela luta em favor da melhoria de condições, aceitação e integração social e educacional das pessoas. Isto acontece porque historicamente esses indivíduos têm sido vítimas de processos excludentes cristalizados pela sociedade e os termos em questão

contemplam aspectos ligados às lutas emancipatórias e integração das pessoas discriminadas.

No Brasil, é a partir de 2003 que as demandas dos movimentos sociais, especialmente os de caráter identitário, tais como povos do campo e quilombolas, assim como os temas referentes a relações étnico-raciais, gênero, diversidade sexual, questão ambiental, educação prisional passam a ter algum espaço de discussão, com avanços e limites.

De acordo com Gomes (2008), é a partir de 2003 que a diversidade começa a fazer parte de forma mais efetiva da gramática, dos programas e da política educacional brasileira, levando à discussão e conceituação da mesma na Conferência Nacional de Educação Básica- CONEB-2008 e na Conferência Nacional de Educação- CONAE-2010. A partir de então, inicia-se a elaboração do conceito de diversidade que orientou o PNE (Plano Nacional de Educação).

É preciso ter consciência de que a diversidade é cheia de conflitos, tensões e resistências. Conforme assinalam Moreira e Candau (2005, p. 78), “as instituições de ensino sempre tiveram dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença, tendendo para a homogeneização e padronização”.

No entanto, no contexto social, a diversidade não constitui apenas um fato ou um fato novo. Como se sabe, as diferenças são intrínsecas ao ser humano, todos são diferentes, e deste modo falar de diversidade é falar do coletivo, e no meio desse coletivo encontram-se muitas diferenças subjetivas. É importante ressaltar, com base em Moreira e Candau (2005), que hoje a diversidade cultural se tornou muito complexa, considerando-se alguns elementos que contribuíram para a sua expansão, tendo como os mais importantes, a globalização e os movimentos migratórios, que ao aproximarem os povos e suas culturas, trouxeram a contribuição para a diversificação do modo de ser dos seres humanos.

4 A elaboração do Plano Municipal de educação de Porto Velho

O processo de construção do PME do município de Porto Velho ocorreu por meio de um processo coletivo e democrático. No primeiro momento, buscou-se mobilizar a

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

comunidade local e escolar (sociedade civil, pais, alunos, representantes de sindicatos e do judiciário, vereadores, prefeito, secretários municipais, profissionais da educação) com a finalidade de discutir sobre a importância do Plano enquanto política educacional.

No segundo momento, constituiu-se a equipe de sistematização para articulação e organização dos momentos de elaboração do documento, com a participação de representantes de diversos segmentos: Legislativo, Executivo, Sindicato, Conselho Municipal de Educação e Promotoria Pública.

Durante as fases da elaboração realizou-se uma conferência com a finalidade de discutir as metas nacionais e elaborar as estratégias municipais por meio de comissões temáticas. O último momento dedicou-se à realização de audiência pública para apresentação, discussão e aprovação do documento final por meio de plenária com o envolvimento dos representantes da comunidade local e escolar (escolhidos pelos colegiados) e representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A participação dos diversos segmentos da sociedade contribuiu significativamente para a elaboração de um documento representativo quanto aos anseios e necessidades da população local, possibilitando, assim, a projeção de metas e estratégias condizentes com o desejo de uma sociedade que almeja a efetivação de educação com qualidade e equidade social.

Assim, surge a proposta de superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

5 Metas e estratégias do município de Porto Velho para a Diversidade e Inclusão

Ao analisar as metas e estratégias encontradas no PME de Porto Velho é preciso compreender como as políticas públicas em educação em nível nacional correspondem aos meios de se dirimir as desigualdades desenvolvidas pelas vantagens socioeconômicas, que acabam sendo interpretadas pela sociedade capitalista como méritos, acentuando as

diferenças sociais e contribuindo para a perpetuação dos poderes econômicos e políticos, cujas manifestações se desalinham com o propósito social da educação.

Por um ângulo, tem-se um documento construído de forma democrática, mas por outro ângulo, esse documento está inserido em um contexto social restritivo ao trabalho com a diversidade, prescindindo-se os objetivos reais velados nessa proposta. O plano visa mitigar as diferenças de ordem socioeconômica, pedagógica, psicológica e cultural, contribuindo cada vez mais para a equidade na educação. Entretanto, os resultados de tais ações, como acompanhar e avaliar, que apresentem pressupostos concretos e passíveis de discussões para que as cobranças de efetividade dessas propostas sejam inequivocamente alinhadas, ainda influenciam pouco para o exercício da cidadania de estudantes e professores.

A discussão do plano municipal teve oposição com relação aos temas como Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Com isso, percebe-se o conflito que existe entre gênero, diversidade e sexualidade dentro do contexto da educação, sendo que a Educação deve se constituir como um instrumento fundamental para desconstruir a maneira com que a temática é abordada atualmente na sociedade.

Frigotto e Ciavatta (2003) aludem à ocorrência de uma disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem do capital e as demandas por uma efetiva democratização do acesso ao conhecimento. Ao tratar da diversidade inserem-se os grupos na rede de conhecimento, grupos estes que anteriormente não conseguiam acesso à escola, contudo mesmo com este acesso ainda o modelo escolar é um bem privado e o valor é antes de tudo econômico.

Não é mais a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, mas são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados aos quais a sociedade garantirá um rendimento futuro.

Apresentamos o quadro 1 que contém as metas e estratégias para o enfrentamento da desigualdade e conseqüentemente envolve ações para a diversidade. Ressaltamos que foram analisadas na pesquisa apenas as metas que envolvem questões de diversidade.

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

Quadro 1: Metas e estratégias para a diversidade no município de Porto Velho que constam no PME 2015

Metas	Estratégias
<p>META 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 90% (noventa por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência deste PME.</p>	<p>2.3 Garantir que, a partir da aprovação deste PME todas as escolas de Ensino Fundamental reformulem seus Projetos Político-Pedagógicos anualmente, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com a organização do currículo, respeitando a diversidade cultural e regional;</p>
	<p>2.4 Garantir a partir do segundo ano da vigência deste PME, recursos financeiros que venham proporcionar a inovação de práticas pedagógicas, com a utilização de recursos educacionais que assegurem a melhoria do ensino, a permanência e a aprendizagem dos estudantes, abrangendo as escolas urbanas e do campo: ribeirinhos, indígenas, considerando suas especificidades;</p>
	<p>2.5 Orientar as escolas no processo de reorganização de seu Projeto Político Pedagógico, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, o cumprimento das Leis N° 10.639/03 e N° 11.645/08, que tratam da Educação das Relações Étnico Raciais e Indígenas para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena;</p>
	<p>2.6 Assegurar que equipe gestora escolar e Conselho Escolar, a partir do primeiro ano de vigência deste PME, realizem a avaliação e aprovação dos materiais didático-pedagógicos a serem adotados, conforme a faixa etária do estudante, garantindo o cumprimento dos critérios de seleção referentes a não discriminação de gênero, raça, etnia, condição social e orientação sexual;</p>

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

<p>Meta 5: Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, a partir da vigência deste PME.</p>	<p>5.7 Assegurar recursos financeiros, a partir do segundo ano, as unidades de ensino, para a aquisição de materiais didáticos específicos e necessários a alfabetização de crianças da área urbana e do campo (indígenas, ribeirinhos e de populações itinerantes), considerando o respeito à diversidade e identidade cultural dessas populações;</p>
<p>META 8: Elevar a escolaridade média da população do campo, de 18 a 29 anos da região de menor escolaridade do município de até 25% (vinte e cinco por cento) dos mais carentes, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas a redução da desigualdade social.</p>	<p>8.4 Estruturar a partir da vigência deste PME a oferta de vagas nos diferentes níveis e modalidades de ensino para as populações do campo, de forma a atender a demanda diversificada existente, concentrada nas comunidades e a margem das oportunidades necessárias ao prosseguimento dos estudos;</p>
<p>META 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, até o final de vigência deste PME, com o intuito de erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir o analfabetismo funcional.</p>	<p>9.4 Garantir o transporte escolar gratuito aos estudantes da modalidade EJA das áreas rurais, áreas de difícil acesso e às pessoas com mobilidades reduzidas, a partir do segundo ano de vigência deste PME;</p>

Fonte: PME, 2015.

A meta número 2 trata da universalização do Ensino Fundamental, e para tal é necessário respeito à diversidade cultural e regional. Esta diversidade, no contexto do município, é apresentada como sendo os povos ribeirinhos, indígenas, também fazendo referência às escolas rurais. Com relação às escolas rurais de Porto Velho, por mais que estejam contempladas no PME, muitas vezes não possuem condições para que os alunos acessem, como, por exemplo, com a falta de transporte escolar.

Ressalta um caráter nebuloso da história da educação por legitimar alguns grupos, e paralelamente, ignorar diversas pessoas. Refere às pesquisas educacionais [...] deixam na sombra grandes zonas das práticas pedagógicas e dos atores educativos, [...] referem-se às regiões urbanas, esquecendo a importância do meio rural, [...] ignoram sistematicamente os outros, como se eles não fizessem parte da história da educação (NÓVOA, 1995, p. 91)

Além disso, a meta número 2 contempla também que é preciso uma reorganização do Projeto Político Pedagógico das escolas para que incluam e tratem da Educação das Relações Étnico-Raciais e Indígenas e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conteúdos que ainda são timidamente trabalhados pelos professores da rede municipal.

Por fim a meta 2 trata de garantir o cumprimento dos critérios de seleção referentes a não discriminação de gênero, raça, etnia, condição social e orientação sexual. Após o Plano Nacional de Educação (PNE) tratar sobre isso, o documento oficial mais recente a tratar sobre o assunto é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, que deveria ser implementada nas escolas até o ano de 2020.

No texto não há menção ao termo gênero, que diz respeito às expectativas sociais sobre o masculino e o feminino, ou orientação sexual. Apesar disso, o documento traz a perspectiva de educar os jovens para respeitar a diversidade, sem discriminação ou preconceito, reforçando o que já está estabelecido em outras leis.

Na base do Ensino Médio, que ainda está em discussão, por ora, o termo gênero aparece citado entre as diversidades a serem abordadas em Ciências Humanas, mas sem maiores explicações. Por outro lado, a valorização da diversidade aparece entre as competências da Educação Básica.

As metas 5, 8 e 9 continuam na mesma concepção da diversidade, prevendo que deva haver propostas específicas para a educação na área rural, para alfabetização de crianças do campo (indígenas, ribeirinhos e de populações itinerantes), considerando o respeito à diversidade e identidade cultural dessas populações, elevando a escolaridade média da população do campo. Na meta 9 tem-se uma referência ao transporte escolar gratuito tanto para áreas rurais quanto para as pessoas com mobilidade reduzida (inclusive pessoas com deficiência).

Grupos minoritários são grupos com identidade sociocultural definida, que possuem características diferenciadas reconhecidas em legislação, e que necessitam de condições específicas para a concretização desse reconhecimento e usufruto da cidadania e dos direitos sociais a eles concernentes, como é o caso do transporte escolar. (FNDE/CEFTRU, 2007).

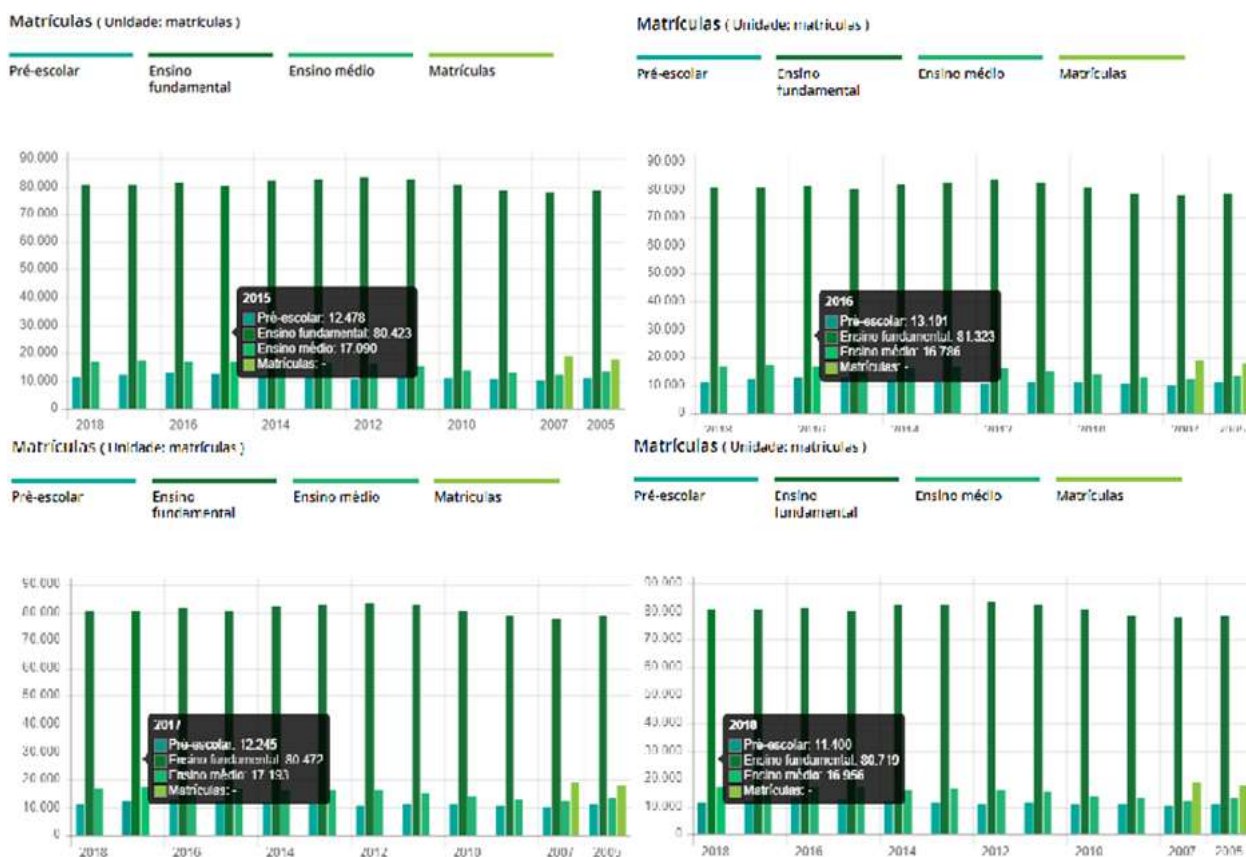
Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

No caso de Porto Velho, a demanda apresentada na meta 9 tem como princípio suprir as demandas dos povos específicos da região que são as populações pertencentes aos Assentamentos Rurais, as Comunidades e Aldeias Indígenas, as Comunidades ou Grupos Remanescentes de Quilombos, além dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE. Os integrantes desses grupos, como qualquer cidadão brasileiro, têm o direito à educação e à igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas, conforme assegura a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Em relação à quantidade de discentes matriculados desde a Pré-escola até o Ensino Médio, que é um dos princípios das metas estabelecidas no PME, pode-se observar nos gráficos abaixo que para cada período educacional houve um aumento diferenciado em referência aos anos de reformulação do plano. Importante ressaltar que para essa pesquisa estão sendo utilizados os dados do censo IBGE mais atual a partir da reformulação do PME, logo não foi possível ter como base os anos de 2019 e 2020 (não foram disponibilizados no site do IBGE).

Figura 1 - Matrículas por ano e nível escolar em Porto Velho-RO

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

Na fase pré-escolar é possível perceber que o ano que indicou maior crescimento no número de matrículas foi no ano de 2016 que alcançou a marca de 13.101 crianças matriculadas e o ano de menor aumento foi o de 2018 com apenas 11.100 crianças matriculadas. Ou seja, houve um aumento maior no ano posterior a reformulação do plano, sendo que após esse período iniciou uma sutil queda no número de matriculados (IBGE, 2021).

No Ensino Fundamental houve um aumento no número de matriculados apenas no ano de 2016 que alcançou a marca de 81.323 discentes matriculados no sistema de ensino, sendo que houve uma pequena oscilação nos números apresentados no gráfico, em que 2015 registrou o menor número de matriculados com apenas 80.423 discentes.

Já o Ensino Médio teve o maior número de matriculados no ano de 2017 com 17.180 discentes matriculados e registrou o menor número no ano de 2016 com apenas 16.786 matrículas. Sendo que também apresentou uma pequena oscilação entre os anos

desde 2015 até o ano de 2018. Considerando que o PME de Porto Velho tem como propósito formar 90% da população até o ano de 2020, que teoricamente seria o último vigente para o plano, é possível afirmar que dentro de uma perspectiva de projeção do ano inicial do plano até 2018 os números de matriculados quase presumem ser a mesma quantidade de discentes que teriam acesso ao ensino regular, não apresentou grandes mudanças para mais ou menos (IBGE, 2021).

Dentro da análise aqui apresentada não é possível expor os números de acesso à escolarização por comunidades e grupos societários que representam a diversidade que vem sendo discutida no presente trabalho. Assim como o PME apresenta algumas lacunas referentes às especificações ou apontamentos sobre quem são os grupos que compõem a diversidade dentro do ambiente educacional no censo do IBGE também pode ser percebida a ausência de informações que auxiliem na identificação dos diferentes grupos que compõem o universo da diversidade no ambiente escolar, como é o caso dos ribeirinhos, educação do campo e indígena.

Outro dado que também não foi possível apresentar está relacionado à conclusão de cada etapa do ensino básico. As informações que constam no site do IBGE referentes à conclusão de cada etapa indicam apenas pessoas com 10 anos ou mais de idade e são dados apresentados sobre o ano de 2010. Como o PME foi elaborado e executado em um período que não apresenta informações referentes à conclusão das etapas, torna-se impossível fazer uma análise sobre o cumprimento das metas estabelecidas para o plano.

Em relação ao índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB – é possível observar que durante os dois primeiros anos que são os disponíveis para serem apresentados, aconteceu um considerável crescimento no desenvolvimento, sendo que nos anos iniciais do Ensino Fundamental houve um aumento de 0.4 pontos no gráfico, saindo de 4.9 no ano de 2015 para 5.3 no ano de 2017.

Figura 2- Índice de desenvolvimento da Educação Básica anos iniciais em Porto Velho

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

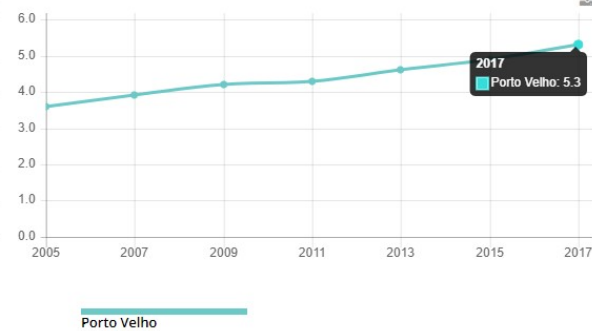
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos iniciais / Pública

pesquisa



Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos iniciais / Pública

pesquisa



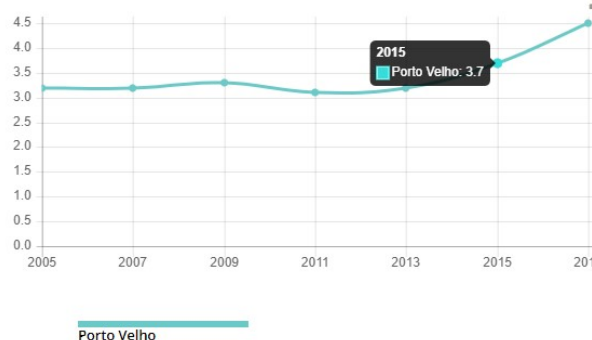
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2021.

Esse resultado foi ainda mais expressivo quando observado no gráfico referente aos anos finais do Ensino Fundamental. No ano de 2015 o índice de desenvolvimento era de 3.7 e passou para 4.5 chegando a alcançar uma diferença de 0.8 pontos no crescimento apresentado no gráfico.

Figura 3 - Índice de desenvolvimento da Educação Básica anos finais em Porto Velho

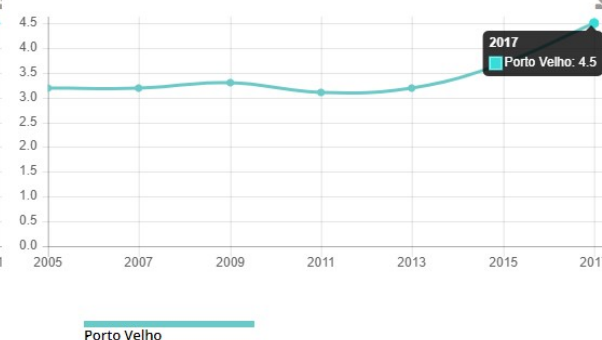
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos finais / Pública

pesquisa



Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ensino fundamental / Anos finais / Pública

pesquisa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2021.

Embora o IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental tenha crescido mais que nos anos iniciais, é possível analisar no gráfico que, ainda assim o índice se manteve menor que nos anos iniciais. Esse fator pode indicar o reforço de algumas das ações propostas no

plano e implementação de outros que possibilitem não apenas o acesso e inclusão dos diferentes discentes como também a sua permanência de forma proveitosa no ambiente escolar. Tendo em vista que nos anos finais do Ensino Fundamental os discentes por já estarem com mais idade, geralmente lhes são atribuídas mais responsabilidades no seio familiar, o que pode contribuir para um distanciamento das ações desenvolvidas no ambiente escolar.

O estado de Rondônia é ainda marcado pelo alto índice de falta de acesso à Educação Básica e quando há este acesso não se tem uma política efetivada de garantia de direitos a minorias historicamente excluídas, problemas estes que aprofundam o abismo das desigualdades sociais no estado e elevam os índices de pobreza e de informalidade. É preciso que o plano municipal de educação de Porto Velho contenha metas para inserção de sujeitos excluídos ou minorias ao convívio social em situação de igualdade de oportunidades e direitos, lembrando que este deve também garantir as formas de manter tal inserção. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

6 Considerações finais

A partir das reflexões levantadas no presente trabalho foi possível concluir que o PME se trata de um documento norteador proposto por meio de uma organização social e comunitária que tem o propósito de estabelecer projeções para a melhoria da educação básica dentro de um quinquênio. Embora tais projeções venham acompanhadas dos anseios da comunidade ou parte dela percebe-se que a ausência de alguns membros da comunidade escolar ou a não ciência da importância desse documento pode acarretar a parcialidade em relação às diversidades que deveriam ou devem ser contempladas no plano.

Para o município e toda a comunidade escolar, essa ausência da integralidade das diversidades dentro do PME pode contribuir para a vulnerabilidade do plano, tanto na sua aplicação como no alcance dos resultados esperados. Uma vez que cada indivíduo pertencente a um determinado grupo social terá uma necessidade e uma compreensão de mundo que pode estar diretamente relacionada à forma de ver o mundo e quando essas

questões não são acolhidas pelo ambiente escolar o discente pode ter muita dificuldade no processo de ensino aprendizagem.

Um ponto crucial sobre diversidade é a percepção, a reflexão e a forma de como podemos atuar tendo em vista os mecanismos sociais que transformam as diferenças em desigualdades e a importância das políticas públicas e planos educacionais preverem formas de enfrentamento das desigualdades.

Embora possa ser observado que durante alguns anos de vigência do plano houve um pequeno crescimento nos números de matrículas e índice de desenvolvimento, ainda assim não é possível afirmar que dentro desse crescimento foram acolhidos os discentes que apresentam ou estão dentro desse grupo diverso apresentado pelo PME.

Em relação às estratégias do PME de Porto Velho, foi observado que ele prevê o cumprimento das metas e estratégias condicionando ao aumento das transferências de recursos financeiros, mas antes de tudo é preciso reconhecer que a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos e municípios.

Não podemos deixar de citar que, com as bases legais avançadas e com a mobilização estratégica dos setores públicos e de atores sociais importantes neste cenário, é possível que haja o melhor cumprimento das metas do PME no município de Porto Velho. A proposta trazida no contexto do diagnóstico, do planejamento, da elaboração e na previsão de execução do Plano Municipal de Educação manifesta as concepções de diversidade, porém, não se garante que com o atual PME a história seja diferente.

7 Referências

ABREU, Márcia.; CORDIOLLI, Marcos (Orgs.). *O projeto de lei do plano nacional de educação (PNE): projeto em tramitação no congresso nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados; Comissão de Educação e Cultura, 2011. (Cadernos CEC, 1).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

BRASIL. *O Plano Municipal de Educação: Caderno de Orientações*. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf Acesso em 02 mar. 2021.

BRASIL. *Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em 30/07/2021.

CANDAU, Vera Maria. *Reformas educacionais hoje na América Latina*. In: MOREIRA, António Flavio Barbosa (Org.). *Currículo: Políticas e Práticas*. 9 ed. São Paulo: Papirus, 1999.

CANDAU, Vera Maria (org.). *Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

CANDAU, Vera Maria. *Reinventar a escola*. Petrópolis: RJ: Editora Vozes, 2000.

FNDE/CEFTRU. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e CEFTRU – Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes. *Projeto Transporte Escolar Rural – Ano 3 Volume II Caracterização da Demanda: Grupos Minoritários*. Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. *Educação Básica no Brasil na Década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado*. Educação & Sociedade, Campinas, v.24, n. 82, 2003.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

IBGE. *Panorama da Educação em Porto Velho*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/panorama> Acesso em 10 mar. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. F. *Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.23, p.156-168, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em 10 mar. 2021.

MOREIRA, A. F.; Candau, Vera Maria. *Educação escolar e cultura: educação como exercício de diversidade*. Brasília, Revista Brasileira de Educação, 2005.

PACIEVITCH, Caroline. *Responsabilidade pelo Mundo: utopias político-educacionais na formação de professores de História de São Paulo e Barcelona*. 2012. 285 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250935> Acesso em 21 dez. 2020.

Concepções de diversidade presentes no Plano Municipal de Educação (PME) do município de Porto Velho/Rondônia

PAIS, José Machado. *Cotidiano e Reflexividade*. In Educação & Sociedade, vol. 28, n. 98, 2007.

PINTO, Renan Freitas. *Amazônia – Viagem das ideias*. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2012

Recebido em 21/04/2021

Aceito em 09/08/2021